


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0005147-03.1996.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Banco do Brasil Sa**  
 Requerido: **Valcimar de Abreu e outro**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**Processo nº 511/96**
**VISTOS.**

Trata-se de pedido de reconhecimento da prescrição intercorrente formulado por VALCIMAR DE ABEU e ROSANA SUNDERMANN DE ABREU.

O exequente foi intimado e se manifestou contrário ao pleito (cf. fls. 203/206).

**É O RELATÓRIO.**
**DECIDO.**

Conforme remansado entendimento jurisprudencial ao qual me filio, a prescrição intercorrente opera-se no mesmo prazo de prescrição da ação.

No caso, o artigo 206, § 5º, I, do CC prevê o prazo de **5 anos** para a ação de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ou particular.

Deliberando incidentalmente nesse sentido o seguinte aresto:

**Ementa: PRESCRIÇÃO** Inocorrência Execução Cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular **Prescrição quinquenal** **Art. 206, § 5º, I, CC** Hipótese em que o processo não ficou paralisado por período superior a cinco anos Inércia do credor que não se verificou, tendo cumprido tempestivamente todas as determinações judiciais, fazendo o que estava ao seu alcance para a solução da demanda No caso concreto, verifica-se que o lapso temporal decorrido entre o despacho que ordenou a citação e a expedição do mandado pelo Cartório, foi de 14 meses Aplicação da Súmula 106 do c. STJ Demora na prática dos atos processuais pelo Judiciário, que não pode penalizar o exequente Extinção que deve ser afastada para que a execução tenha regular prosseguimento **RECURSO PROVIDO PARA ANULAR A SENTENÇA** (TJSP, Apelação nº 0034557-65.2004.8.26.0004, Rel. Sérgio Shimura, DJ30/01/2013).

Nos moldes da Súmula 150 do STF, o prazo prescricional para a execução também é de 5 anos.

Houve determinação de remessa ao arquivo por inércia do exequente em 08/04/2005 (fls. 148).

No Poder Judiciário, os processos não podem se perpetuar à vontade do credor.

Conforme exposto, o exequente nada requereu de efetivo nos autos, que permaneceram no arquivo de agosto de 2007 até meados de 2016, apenas quando foram desarquivados a pedido dos próprios executados (cf. fls. 170 e ss) para pleitear o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Ou seja: a única manifestação nos últimos 10 anos é dos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

devedores.

Assim, só nos resta reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente em relação ao débito principal, já que entre abril de 2005 e a presente data (onze anos) nenhum ato praticou a exequente para fazer valer seu crédito.

Nesse sentido:

**PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE** – ocorrência – processo que restou paralisado sem qualquer movimentação por parte do credor, por período superior a 10 anos, suplantando, inclusive, o prazo prescricional do título executivo que embasou a execução – Precedentes desta Egrégia Corte de Justiça – Exequente que deveria promover medidas e requerer atos, jamais eternizar o processo mediante a permanência dos autos em arquivo – Consulta aos autos que não revela nenhum embate maior, e nenhum esforço do banco-autor em receber seu crédito – Fatos incompatíveis com o Poder Judiciário que, em razão do princípio da celeridade, não pode “eternizar” os processos à vontade do credor – Aplicação dos arts. 487, inciso II, 921, parágrafo 5º e 924, todos do Novo Código de Processo Civil – recurso provido. (TJSP, AI 2066229-49.2016.8.26.0000, Rel. Des. Lígia Araújo Bisogni, DJ 16/05/2016).

Ante o exposto, **EXTINGO A PRESENTE EXECUÇÃO**, nos termos do art. 487, IV, do CPC.

Após o decurso do prazo para recurso, averbe-se a extinção e arquivem-se de modo definitivo.

**Publique-se e intimem-se.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 08 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**